

**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE**  
**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA**

Victor José Neris do Prado

**A Produção Científica Relacionada ao Tema Compras Públicas nos anais do  
EnANPAD e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade: Análise Bibliométrica  
no período de 2008-2013**

BRASÍLIA – DF  
2014

Prof. Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor da Universidade de Brasília

Profa. Doutora Sônia Nair Bão  
Vice-reitora da Universidade de Brasília

Prof. Doutor Mauro Luiz Rabelo  
Decano de Ensino de Graduação

Prof. Doutor Jaime Martins de Santana  
Decano de Pesquisa de Pós-Graduação

Prof. Doutor Roberto de Goes Ellery Júnior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves  
Coordenador de Pós-Graduação do curso Ciências Contábeis

Professor Dr. José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Profa. Mestre Rosane Maria Pio da Silva  
Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis - Diurno

Prof. Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes  
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis - Noturno

VICTOR JOSÉ NERIS DO PRADO

**A Produção Científica Relacionada ao Tema Compras Públicas nos anuais do EnANPAD e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade: Análise Bibliométrica no período de 2008-2013**

Monografia apresentada à banca da Universidade de Brasília como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Ciências Contábeis, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Me. Rosane Maria Pio da Silva

Linha de pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Educação e Pesquisa Contábil

BRASÍLIA – DF  
2014

Prado, Victor José Neris do

A Produção Científica Relacionada ao Tema Compras Públicas nos anuais do EnANPAD e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade: Análise Bibliométrica no período de 2008-2013 / Victor José Neris do Prado. – Brasília, 2014.

32p.

Orientador (a): Profª Me Rosane Maria Pio da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2014.

1. Análise bibliométrica 2. Compras públicas 3. Gastos públicos 4. Produção científica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre me encheu de bênçãos em todas as conquistas da minha vida.

Aos meus pais, Raimundo e Eremita, pelas oportunidades que me ofereceram, proporcionando toda a base para que tudo fosse possível. Aos meus irmãos Fabiano e Flaviana, por estarem presentes em todos esses momentos, sendo grandes exemplos a serem seguidos. A todos os familiares que me acompanham, incentivando meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Aos meus amigos, pelo apoio e companheirismo, que foi o diferencial em toda essa fase.

Aos professores do departamento do curso de Ciências Contábeis, pela troca de experiências e conhecimentos. Em especial, a professora Rosane, que me orientou e me deu o suporte necessário para que o melhor fosse realizado.

Agradeço ainda a Jéssica, que me acompanhou de perto em toda essa jornada, me dando todo o apoio e atenção necessários.

Por fim e não menos importante, agradeço aos profissionais com quem tive a oportunidade de trabalhar e/ou trabalho até hoje, vocês serviram de incentivo e fonte de conhecimento para que o objetivo fosse alcançado.

## RESUMO

As Compras Públicas são realizadas com vistas a atender os anseios e necessidades da Administração Pública, bem como o interesse dos agentes particulares envolvidos. Tendo em vista a relevância e atualidade do tema, este trabalho tem como objetivo analisar o panorama da produção científica relacionado ao tema “Compras Públicas”, a partir de uma análise bibliométrica dos artigos publicados em congressos significativos na área acadêmica, no período compreendido entre o ano de 2008 a 2013. Os eventos selecionados foram o Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração e o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, por possuírem uma expressiva representatividade no cenário nacional da pesquisa científica. Foram analisados 43 artigos, sendo 33 publicados no EnANPAD e 10 no Congresso USP. Os resultados apontam que a temática em questão é ainda pouco explorada na academia. Averiguou-se que a maior parte dos autores publicou apenas uma vez, bem como a maioria dos artigos possuem dois autores, tendo a menor parte apenas um autor. O tópico Eficiência em Compras Públicas obteve maior enfoque dos autores e Ocorrência de Desvios Significativos nos Gastos Públicos foi o de menor recorrência entre os trabalhos.

**Palavras-chave:** Análise bibliométrica. Compras públicas. Gastos públicos. Produção científica.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	8
2.	REFERENCIAL TEÓRICO .....	9
2.1	Compras Públicas.....	9
2.2	Inovação em Compras Públicas .....	12
2.2.1	Pregão .....	13
2.2.2	Registro de Preços Nacional .....	13
2.2.3	Regime Diferenciado de Contratações Públicas .....	15
2.3	Bibliometria .....	16
3.	PROCEDER METODOLÓGICO.....	18
4.	RESULTADOS E ANÁLISE .....	19
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

As Compras Públicas são realizadas em razão de a Administração Pública ter de satisfazer uma necessidade específica. Contudo, este processo tem a obrigatoriedade de assegurar, em princípio, por meio de possibilidade de competição, tratamento isonômico na escolha de quem irá viabilizar a solução desta demanda (MENDES, 2012).

Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Planejamento, no decorrer dos anos, as compras governamentais estão tendo cada vez maior representatividade, com diversos processos de contratação e um número expressivo de recursos públicos envolvidos. Nos últimos cinco anos, o número de contratações públicas apresentou um crescimento de 77% em 2012, atingindo em termos monetários um crescimento na ordem de 138%. Em 2013, ocorreram mais de 220 mil processos, levando-se em consideração todas as modalidades de contratação, movimentando R\$ 68,4 bilhões na aquisição de bens e serviços (BRASIL, 2013).

Casos de superfaturamento nas contratações públicas vêm sendo divulgados com frequência pela mídia especializada, sendo vários destes vinculados a práticas de corrupção envolvendo gestores públicos (PINHEIRO et al, 2013). Segundo Tripadalli e Borinelli (2012), dentre as fontes de desvios de recursos públicos, as compras públicas estão entre as maiores, podendo alcançar níveis de perdas acima de 40% em determinados casos, resultando não apenas em questões legais e administrativas, como também éticas e políticas.

Tendo em vista a relevância, representatividade e atualidade do tema, bem como a importância destinada ao tema a partir dos fatos de corrupção ocorridos, o presente artigo tem como objetivo analisar o panorama da produção científica relacionado ao tema “Compras Públicas”, a partir de uma análise bibliométrica dos artigos publicados em congressos significativos na área acadêmica, no período compreendido entre o ano de 2008 a 2013.

A escolha por uma análise bibliométrica foi feita para que o perfil das pesquisas desenvolvidas e publicadas relacionadas às “Compras Públicas” e temas relacionados, pois, de acordo com Andrade et al (2014), a pesquisa bibliométrica visa contribuir para a identificação da literatura existente sobre um assunto proposto, tendo como finalidade estimular a elaboração de futuras pesquisas. Além disso, optou-se por uma análise bibliométrica também com vistas a aperfeiçoar o estudo da referida temática, assim como para provocar maiores discussões, pois, conforme explana Araújo et al (2012), a análise bibliométrica tem como



perspectiva aperfeiçoar os estudos objeto da análise, bem como provocar discussões sobre os temas que estão sendo mais estudados pelos pesquisadores.

Foram analisadas artigos publicados no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. A seleção desses congressos se deu pela expressiva representatividade que ambos possuem no cenário nacional da pesquisa científica. O período analisado compreendeu o período de 2008 a 2013, em decorrência de serem os últimos períodos divulgados nos eventos até o momento da realização deste trabalho.

A estrutura deste trabalho é composta por cinco seções, nas quais está inclusa esta introdução. A seção dois apresenta o referencial teórico para a fundamentação do estudo. Na terceira seção, são demonstrados os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Na sequência, evidenciam-se os principais resultados da pesquisa, com suas respectivas análises. E por fim, na seção cinco, são expostas as considerações finais referentes aos resultados alcançados.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Compras Públicas**

A licitação foi incluída no direito público brasileiro há mais de um século, pelo Decreto nº 2.926, de 14/05/1862, que regulamentava as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Contudo, só veio a ser consolidado no âmbito federal com a promulgação do Decreto Lei nº 4.536, de 28/01/1922, que organizou o Código de Contabilidade da União (MAURANO, 2004).

A partir de 1967, surgem normas para Contratações Públicas que se aplicam às Obras, para as Compras, para os Serviços e Alienações, sendo empregadas apenas à Administração Pública Direta e Autarquias. Um desses foi o Decreto-Lei nº 185, de 23/02/1967, que estabelecia normas tão somente para a contratação de Obras e para revisão de preços nos contratos de Obras e Serviços. Este Decreto-Lei fixou ainda os requisitos para os órgãos públicos poderem contratar Obras, definiu quando ocorreriam os pagamentos pelas obras,

estabeleceu como seriam os tratamentos dos contratos em vigor na data da sua publicação, instituiu cláusulas de revisões de preços e a forma de cálculo de tais revisões (BRASIL, 1967a).

Para Maurano (2004), o procedimento licitatório veio sendo aprimorado com o intuito de gerar maior eficiência para as contratações públicas, sendo, dessa maneira sistematizado o Decreto-Lei nº 200. Este Decreto-Lei, que foi publicado no dia 25 de fevereiro de 1967, entre outras disposições, determinou que toda a matéria de licitações para compras, obras, serviços e alienações, passasse a reger-se, tanto na Administração Pública Direta quanto para as Autarquias, pelas normas consubstanciadas neste Decreto. Destarte, instituiu que as compras, obras e serviços fossem efetuados com estrita observância do princípio da licitação. Estatuíu ainda casos específicos em que ficasse dispensada a utilização da licitação como princípio de contratação, bem como determinou quais seriam as modalidades de licitação - Concorrência, Tomada de Preços, e Convite - sendo definido o que seria cada uma destas modalidades, assim como qual tipo de contratação se enquadra em qual modalidade. Além das disposições mencionadas, o vertente Decreto-Lei estabeleceu que fosse assegurada a Publicidade das licitações, promoveu a documentação a ser exigida dos licitantes e ainda prescreveu as formas de garantias possíveis a serem exigidas, podendo ser Caução em Dinheiro, Fiança Bancária ou Seguro-Garantia (BRASIL, 1967b).

Segundo Melo Filho (2008), o texto explicitado no Decreto em comento é consideravelmente lacônico no tocante a licitações, haja vista que seu objetivo na verdade consistia em dispor sobre a organização da Administração Federal e estabelecer diretrizes para a Reforma Administrativa, enquanto a matéria de licitações era apenas tratada de forma sucinta, num único capítulo contendo vinte artigos.

As prescrições contidas no Decreto-Lei nº 200 foram, posteriormente, aplicadas aos Estados e Municípios, por intermédio da Lei nº 5.456, de 20/06/1968, e aplicadas ao Distrito Federal, por meio da Lei nº 5.721, de 26/10/1971. Em 1981, promoveu-se alteração quanto aos limites de valor para a aplicação das diferentes modalidades de licitação, como também a simplificação da organização dos cadastros dos licitantes, promulgadas pela Lei nº 6.946, de 17/09/1981 (BRASIL, 1968; BRASIL, 1971; BRASIL 1981).

Posteriormente, os Decretos-Lei nº 185 e nº 200, assim como as Leis nº 5.456, nº 5.721 e nº 6.946, foram revogados pelo Decreto-Lei n.º 2.300, promulgado em 21 de novembro de 1986. No que tange aos procedimentos para licitação, este Decreto-Lei designou os locais para realização, estabeleceu que as concorrências e tomadas de preços fossem publicadas no Diário Oficial da União ou em jornal de ampla circulação no país, fixou quais seriam as

modalidades de licitação (Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão), definindo-as, e instituiu os limites para cada modalidade. Ademais, foram instauradas as motivações para que se realizasse Dispensa de Licitação, bem como os casos em que seriam Inexigíveis os processos licitatórios (BRASIL, 1986).

Para Melo Filho (2008), o Decreto-Lei nº 2.300 buscou ajustar o que no passado não havia sido tratado, regulando de forma nítida o processo licitatório, bem como a execução contratual e temas conexos, entretanto, destinando-se apenas a matéria no âmbito federal.

Em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, havendo, pela primeira vez na história constitucional brasileira, a alusão expressa ao dever de licitar (MELO FILHO, 2008). Dessa maneira, ficou estabelecido que as obras, serviços, compras e alienações fossem contratados mediante processo de licitação pública, ressalvados casos específicos em lei, nas diversas esferas do governo (BRASIL, 1988).

De acordo com Maurano (2004), a licitação foi vista como princípio constitucional a partir de 1988, de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O enquadramento das licitações na Constituição Federal buscou ser uma resposta para a problemática que se observava à época no país, tendo em vista que havia grande diversidade de leis sobre a matéria, e a competência legislativa no tocante ao tema não era disciplinada nas constituições anteriores (MELLO FILHO, 2008). Assim, ficou determinado na carta de 1988 que compete a União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação.

Apesar de a Constituição recepcionar o Decreto-Lei nº 2.300 como diploma hábil a regulamentar as licitações e contratos administrativos, havia inconstitucionalidade no referido Decreto, já que a Constituição estabeleceu que a União é que teria competência para emanar normas gerais de licitações e contratos e não o chefe do Poder Executivo. (MELO FILHO, 2008). Assim, surge a Lei nº 8.666, publicada em 21/06/1993. O escopo desta Lei, que ainda vigora atualmente, é estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, pertinentes a obras e serviços, incluindo os de publicidade, compras, alienações e também para as locações, essas que não eram abordadas nos marcos legais anteriores (BRASIL, 1993).

Com o advento deste novo marco legal, ficaram estabelecidas como modalidades de licitação: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso e Leilão, cujo detalhamento está expresso no Quadro 1 (BRASIL, 1993).

**Quadro 1:** Características e Limites das modalidades de licitação.

Modalidade de Licitação	Características	Limites de valor
Concorrência	Há a comprovação, na fase inicial de habilitação preliminar, dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.	<i>Para Obras e Serviços de Engenharia:</i> acima de R\$ 1.500.000,00; <i>Para Compras e outros Serviços:</i> acima de R\$ 650.000,00.
Tomada de Preços	Os interessados tem que ser devidamente cadastrados ou tem que atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.	<i>Para Obras e Serviços de Engenharia:</i> até R\$ 1.500.000,00 <i>Para Compras e outros Serviços:</i> até R\$ 650.000,00
Convite	Os interessados, podendo ser cadastrados ou não, são escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.	<i>Para Obras e Serviços de Engenharia:</i> até R\$ 150.000,00 <i>Para Compras e outros Serviços:</i> até R\$ 80.000,00
Concurso	Participam quaisquer interessados, onde é escolhido o trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial	Não há limites fixados.
Leilão	Participam quaisquer interessados, no qual há a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis	Não há limites fixados.

Fonte: elaborado pelo autor com base na lei 8.666/1993.

## 2.2 Inovação em Compras Públicas

Ao longo dos anos, as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666 passaram a não atender de forma célere e eficaz os anseios da sociedade (SILVEIRA ET AL, 2012). Destarte, surgiram inovações a fim de resolver problemas presentes, tais como processo licitatório burocrático e oneroso (ENAP, 2011). Dentre essas inovações em compras públicas por parte da Administração, são listadas neste trabalho: o Pregão, tanto Presencial quanto Eletrônico, o Registro de Preços Nacional e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

### **2.2.1 Pregão**

Com a promulgação da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, surge uma nova modalidade de licitação, denominada Pregão. Nesta modalidade se englobam as aquisições de bens e serviços comuns, isto é, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por intermédio de especificações usuais do mercado. É feito por meio de sessão pública, podendo ser presencial ou eletrônica, com os interessados oferecendo as propostas e lances, para que haja a classificação e habilitação do licitante com o lance ou a proposta de menor valor (BRASIL, 2002).

A inovação se inicia com a inversão das fases de habilitação com a análise das propostas, analisando-se primeiro as propostas para, posteriormente, verificar-se as condições de habilitação do licitante que se sagrou vencedor. Há também a peculiaridade no Pregão de não ser fixado limites de valor para os bens ou serviços comuns que serão adquiridos (BRASIL, 2002).

Ocorrem grandes benefícios advindos desta nova modalidade para a Administração Pública. Estimativas de governo demonstram que o pregão pode reduzir os custos em até 25%, se comparado às demais modalidades. Ademais, enquanto o processo comum leva até 120 dias para obter-se resultado, no pregão o resultado é instantâneo (VASCONCELOS, 2008).

As demandas da sociedade assim como a necessidade constante de aperfeiçoamento dos procedimentos fizeram com que aprimoramentos se fizessem necessários, sendo, dessa maneira, publicado em 2005 o Decreto nº 5.450, que regulamentou a modalidade Pregão Eletrônico prevista na Lei nº 10.520, mas até então sem efetividade pela falta de regulamentação (SILVEIRA et al, 2012).

O procedimento tornou-se mais transparente, sendo criada uma boa ferramenta para o governo no combate a corrupção (FARIA et al, 2008). A realização de licitações por esta modalidade tornou-se proeminentemente eficaz, já que é realizado de forma eletrônica, tendendo assim reduzir expressivamente os custos, podendo os participantes acessar todas as informações e participar do certame com o custo quase zero (SILVEIRA et al, 2012).

### **2.2.2 Registro de Preços Nacional**

O panorama geral antes da implementação de medidas que desencadearam no Registro de Preços Nacional perpassava por diversos problemas. Os municípios eram responsáveis

pelos certames licitatórios, tendo em vista que o Governo Federal apenas repassava os recursos. Desse modo, não havia capacidade técnico-administrativa, muitas vezes os produtos comprados possuíam baixa qualidade e não atendiam completamente às necessidades dos usuários. (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, 2011, p. 55) Ademais, segundo Freitas Júnior (2012), ressalta-se que por versar compras de menor investimento global, os produtos eram, à época, adquiridos por valor muito elevado, que sobrepujam os preços praticados no mercado e incompatíveis com o grau de qualidade apresentado.

A partir da promulgação da Resolução nº 27, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a ser responsável pelas compras de valores elevados do Ministério da Educação e de seus parceiros, subsidiando a realização de políticas públicas no âmbito da educação (ENAP, 2011). Com esta nova competência, segundo a ENAP (2011), a FNDE passa discutir alternativas para superar os desafios, tanto gerenciais quanto relacionados à própria realização das políticas, tais como: falta de produtos e materiais padronizados e adequados; falta de capacidade técnico-administrativa dos entes federados, especialmente dos municípios, e lentidão no processo de contratação; falta de planejamento da execução de políticas públicas; falta de transparência; falta de recursos por parte do Governo Federal para atender as necessidades de todos os municípios, estados e o Distrito Federal.

Diante da situação exposta, o FNDE estruturou um modelo gerencial, que se baseia na hipótese de que o governo federal, por possuir diversos órgãos e técnicos, é capaz de realizar apenas um único processo de compra para todo o país sem, contudo, precisar efetivar contrato algum, disponibilizando apenas o registro de preços, obtido por meio de pregão eletrônico. Esta alternativa foi denominada Registro de Preços Nacional. Esta criação tornou o processo de aquisição menos burocrático e oneroso, não deixando de primar pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP, 2011, p. 56).

A Escola Nacional de Administração Pública, por intermédio do 16º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal realizado em 2011, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, premiou o FNDE pela inovação demonstrada no novo modelo mencionado. De acordo com a ENAP (2011), o Registro de Preços Nacional, entre os anos de 2008 e 2010, proporcionou uma economia de R\$ 865.943.324,67 (oitocentos e sessenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos) nas compras efetuadas, o equivalente a 18,45% de redução dos custos de aquisição.

Freitas Junior (2012) elenca que o RPN vem funcionando de forma regular, otimizando o tempo de contratação e proporcionando a diminuição do risco de influência de fraude e corrupção, que são tão presentes em procedimentos licitatórios comuns, quiçá aqueles no âmbito das Administrações Municipais. Mas, segundo o autor, com inserção deste modelo o ganho principal é a redução dos custos para o erário público como um todo, pois, o Governo Federal, por meio do FNDE, utiliza-se do fato de que muitos municípios certamente irão aderir a uma promoção promovida pelo RPN e consegue, dessa maneira, pelo elevado quantitativo de bens a serem adquiridos, mitigar o preço unitário.

### ***2.2.3 Regime Diferenciado de Contratações Públicas***

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) foi instaurado pela Lei nº 12.462, de 04/08/2011. Criou-se uma nova forma para licitação e posterior contratação, que, segundo Santos e Costa (2012), exporá novos desafios e dificuldades para os agentes de Controle Externo.

Foram enquadrados inicialmente no RDC todas as licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações da FIFA 2013 e do mundo FIFA 2014 e das obras de infraestrutura e serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km das cidades sedes dos mundiais supracitados. Contudo, a Lei nº 12.688, de 18/07/2012, incluiu neste escopo de enquadramento as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (BRASIL, 2012a). Posteriormente, foram incorporadas as obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2012b) e as obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. Por outro lado, ainda foram inseridas as obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino (BRASIL, 2014).

A adoção das diretrizes promovidas pela referida Lei tem por objetivo tornar as licitações mais céleres e o tratamento dado aos licitantes mais isonômico, proporcionar economia na escolha das propostas e o incentivo à economia do local de execução da obra (MARTINS, 2012).

O RDC aduz que as licitações sejam preferencialmente de forma eletrônica, sendo admitida a presencial no interesse da Administração. Esta abertura à informatização

introduzida por esta Lei enseja maior celeridade em todo o processo licitatório e economicidade, além de maior transparência nos procedimentos (MARTINS, 2012).

Ademais, houve a inserção do modo de disputa aberto. Neste modo, os licitantes apresentam suas ofertas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, respeitando o critério de julgamento adotado (BRASIL, 2011). Se tratando do julgamento, houve outra inovação estabelecida pelo supracitado regime: julgamento por maior retorno econômico. Este será utilizado exclusivamente na celebração de contratos de eficiência, isto é, em contratos que proporcionem a redução de despesas correntes, sendo o contratado remunerado com base no percentual da economia gerada. Destarte, este novo critério de julgamento propiciará à Administração selecionar a proposta que forneça maior economia (MARTINS, 2012).

Há ainda outra grande inovação obtida pela promulgação do referido regime, qual seja a possibilidade de negociação com o licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa. Ou seja, após a conclusão do certame, o licitante que se sagrou vencedor poderá ainda diminuir seus valores estipulados na proposta, propiciando, destarte, maior economia ao Poder Público (MARTINS, 2012). Outrossim, introduziu-se a inversão da fase de habilitação com a fase do julgamento, a partir da promulgação do novo regime. Isto é, o interessado no processo licitatório deverá apresentar os requisitos de idoneidade e capacitação técnica após se sagrar vencedor, depois de ter sua proposta julgada como a mais vantajosa (BRASIL, 2011).

### **2.3 Bibliometria**

O surgimento da bibliometria ocorreu no início do século XX em virtude da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica. O seu desenvolvimento aconteceu, inicialmente, pela elaboração de leis empíricas que versavam o comportamento da literatura. Foi originalmente conhecida como “bibliografia estatística” (termo cunhado por Hulme em 1923), sendo o termo “bibliometria” criado por Otlet em 1934 (ARAÚJO, 2006). Segundo Figueiredo (1977, apud Araújo, 2006), desde a sua origem, a bibliometria é marcada por duas preocupações: a análise da produção científica e a busca de benefícios práticos imediatos para bibliotecas (desenvolvimento de coleções, gestão de serviços bibliotecários).

A bibliometria é conceituada como o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada (BALANCIERI, 2004). Consiste na aplicação de



técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (ARAÚJO, 2006). Também pode ser definida, segundo Kobashi e Santos (2008), como uma metodologia de recenseamento das atividades científicas e correlatas, através da análise de dados que apresentam as mesmas peculiaridades.

Os estudos bibliométricos objetivam chegar ao conhecimento de como se comporta uma propriedade relativamente à outra já conhecida. Nas publicações científicas, pode-se visar conhecer todos os autores que trabalharam num determinado assunto, os periódicos que publicaram sobre esse assunto, os autores considerados referência no assunto, os autores desse assunto que publicaram em um determinado periódico e assim por diante e cruzar essas propriedades (KOBASHI E SANTOS, 2008).

Ademais, Araújo (2006) destaca que os estudos bibliométricos visavam inicialmente à medida de livros (quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaço ocupado pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas à indústria do livro). Contudo, foi aos poucos tendo sua atenção voltada para outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos. Por fim, ocupando-se ainda da produtividade de autores e do estudo de citações.

Para Andrade et al (2014), a bibliometria tem um papel importante no sentido de contribuir para quantificar o processo de comunicação escrita, utilizando-se da análise e avaliação de fontes, temporalidade, produtividade e outros aspectos ligados a autorias de publicações científicas.

Campos (2003) assevera que há a possibilidade fazer uma avaliação no que concerne a qualidade de uma revista, ou artigo científico publicado ou mesmo a produção científica de determinado autor por intermédio de índices ou indicadores bibliométricos. Ainda conforme o referido autor, tais indicadores de desempenho são úteis como ferramentas adicionais para avaliar a pesquisa acadêmica, orientar rumos de pesquisa e estratégias de emprego de fundos para financiamento da atividade científica.

De acordo com Lima (1986), como área de pesquisa e como técnica, a bibliometria tem alcançado resultados que proporcionam uma melhor compreensão da forma, estrutura e volume da comunicação científica, e, destarte, da forma de recuperar as informações que são subsídios para planejamento, organização e gerência de sistemas de informação.

### 3. PROCEDER METODOLÓGICO

A metodologia que se delineou para o presente estudo, no que concerne aos objetivos foi à pesquisa descritiva. Malhorta (2006) elenca que o principal objetivo da pesquisa descritiva é descrever ou definir determinado fenômeno.

Para proceder a investigação, realizou-se um estudo bibliométrico dos artigos científicos publicados no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade que tratavam das Compras Públicas, envolvendo desde a eficiência dos gastos públicos até as modalidades de licitação investigadas. Os artigos analisados foram obtidos por meio eletrônico, nos sites dos referidos congressos, nos anais de 2008 a 2013.

No EnANPAD, o estudo se delimitou a duas sub-áreas: Administração Pública e Contabilidade. Na sub-área Administração Pública foram coletados 30 artigos, enquanto na sub-área Contabilidade foram coletados 3 artigos. Já no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, foram analisadas todas as áreas temáticas, formando uma população de 10 artigos. Assim, foram analisados 43 artigos no total.

Na etapa seguinte, deu-se início a extração das informações para que a análise fosse feita e os resultados apresentados. Dessa forma, foram levantadas as seguintes informações: número de artigos publicados por ano, em cada evento e por sub-área; quantidade de publicações por número de autores, autores que mais publicaram e número de autores por artigo; autores mais referenciados; e a frequência de publicação das principais temáticas abordadas.

Posteriormente, foram examinados aspectos metodológicos, tais como o enquadramento dos artigos, objetivos dos artigos, e as técnicas de coletas de dados. No que concerne à classificação quanto ao enquadramento dos artigos, adotou-se a classificação estipulada por Avelar (2012), onde o referido autor separa as pesquisas em Empíricas e Teóricas. Para a realização do presente estudo, considerou ainda a classificação mista (Teórica-Empírica) para o enquadramento.

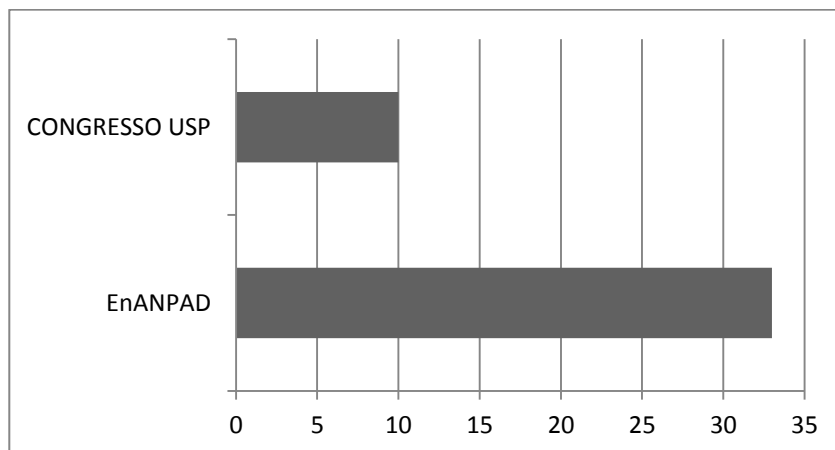
No tocante aos objetivos das pesquisas, optou-se por dividir os artigos de acordo com a classificação formulada por Gil (2004), no qual divide-se em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Da mesma forma, neste trabalho considerou ainda classificações mistas quanto aos objetivos. Já no que tange as técnicas de coletas de dados, tomou-se como base a classificação proposta por Voese e Melo (2013), sendo elas: Estudo de

Caso, Estudo de Multicasos, Levantamento, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa Participativa. Houve também, nos casos pertinentes, classificação mista com relação às técnicas de coletas de dados.

#### 4. RESULTADOS E ANÁLISE

As informações contidas no Gráfico 1 sinalizam que o evento em que houve substancialmente maior número de publicações foi o EnANPAD, com 33 publicações, isto é, mais de três vezes do total de publicações do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade.

**Gráfico 1:** Total de publicações por evento.



Fonte: dados da pesquisa.

Fez-se necessário investigar e analisar o número das publicações por sub-área analisada e por ano de cada um dos eventos. O Quadro 2 evidencia o número de artigos publicados ordenados por sub-área de cada evento no período analisado.

Constata-se que na maior parte dos períodos o EnANPAD obteve a maior quantidade de artigos publicados, mas no ano de 2011 houve uma maior proximidade da quantidade de publicações em ambos eventos.

Observa-se que a sub-área que possui substancialmente a maior proporção de publicações é a “Administração Pública” (70%), presente no EnANPAD. Em seguida, a sub-área “Controladoria e Contabilidade Gerencial” do Congresso USP de Controladoria e

Contabilidade possui um quantidade também significativa (12%). Depois, encontram-se elencadas empatadas as sub-áreas “Contabilidade”, do EnANPAD, “Contabilidade Aplicada para Usuários Externos” e “Atuária”, do Congresso USP, todas com 7%.

Ressalta-se que a sub-área “Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor” possui a minoria dos artigos (2%), todavia, esta só foi incluída no Congresso USP no anual de 2012. Em que pese esta área temática estar estritamente ligada ao tema da pesquisa, pouco foi a abordagem das Compras Públicas nas suas publicações, inclusive no anual de 2013 não houve uma sequer publicação relacionada à temática.

**Quadro 2:** Panorama das publicações por sub-área e por ano.

<b>Congresso</b>	<b>Sub-área</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Total por sub-área</b>	<b>%</b>
EnANPAD	Administração Pública	5	4	4	3	10	4	30	70%
	Contabilidade	1	-	-	1	-	1	3	7%
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	Contabilidade Aplicada para Usuários Externos	1	-	1	1	-	-	3	7%
	Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor	-	-	-	-	1	-	1	2%
	Atuária	-	-	-	-	-	1	1	2%
	Controladoria e Contabilidade Gerencial	-	2	1	2	-	-	5	12%
Total por ano		7	6	6	7	11	6	43	100%

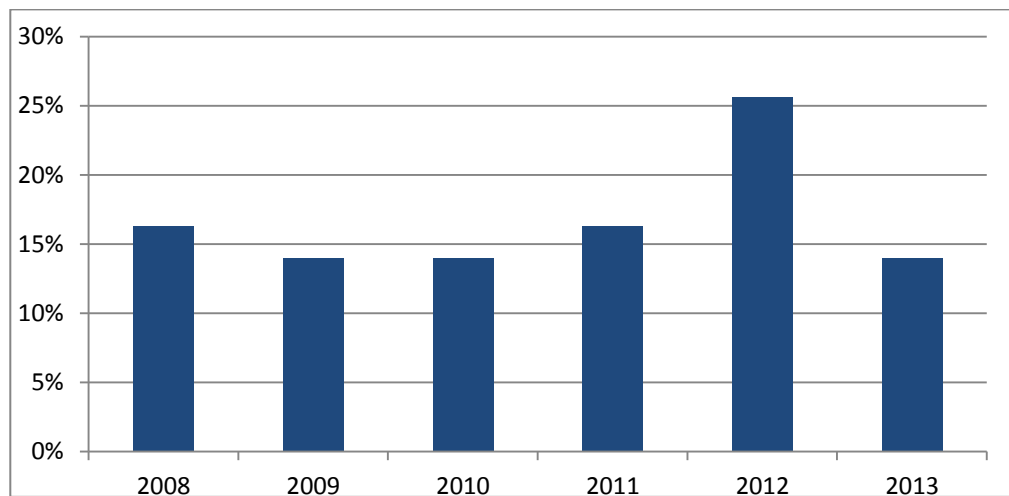
Fonte: dados da pesquisa.

Conforme se verifica no Gráfico 2, Percebe-se que houve uma queda das publicações sobre a temática Compras Públicas de 2008 para 2009, atingindo-se a menor quantidade de artigos, mantendo-se constante em 2010. Ademais, houve ascensão no período seguinte, e em 2012 foi o momento em que houve maior investigação sobre o tema atingindo 26% de publicações.

Em que pese ter ocorrido um crescimento dos trabalhos publicados após 2010, no último ano analisado houve uma grande queda, voltando a atingir o mínimo de artigos do período ocorrido no biênio 2009/2010.

Convém destacar que em nenhum anual, tanto no Congresso USP quanto no EnANPAD, houve ausência de publicações sobre o tema, tendo ao menos uma publicação. Todavia, analisando os períodos por sub-área, constata-se que em todos houve ao menos um período em que não ocorreram publicações, exceto na sub-área “Administração Pública” do EnANPAD, onde sempre ocorreram publicações de artigos, sendo pelo menos três artigos publicados por anual.

**Gráfico 2:** Evolução anual das publicações.



Fonte: dados da pesquisa.

Infere-se, a partir da análise da Tabela 1, que o total de 92 autores foram os responsáveis pelas 43 publicações em ambos os eventos. Destas publicações, há autores que publicaram nos dois eventos. A maior parte dos autores (86%) publicou apenas uma vez em algum dos eventos, e apenas (11%) publicou duas vezes.

**Tabela 1:** Quantidade de publicações por número de autores.

Quantidade de publicações	Número de autores	Percentual
3	3	3%
2	10	11%
1	79	86%
TOTAL	92	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 demonstra quais foram os autores que se destacaram pela quantidade de publicações mais expressiva que os demais. Do total de autores, 13 se destacaram na

produção de artigos publicados nos respectivos eventos. Dentre os que mais publicaram, Luiz Paulo Lopes Fávero e Patrícia Siqueira Varela produziram os 3 trabalhos em conjunto, sendo 2 desses publicados no Congresso USP e 1 no EnANPAD.

**Tabela 2:** Autores que se destacaram na produção científica.

Autores	Frequência de trabalhos
Luiz Paulo Lopes Fávero	3
Marco Aurélio Marx Ferreira	3
Patrícia Siqueira Varela	3
Arlton Carlos Campanharo Teixeira	2
Carlos Rosano-Peña	2
Eurípedes Magalhães de Oliveira	2
Evandro Rodrigues de Faria	2
Gilberto de Andrade Martins	2
Jaime Crozzati	2
Luiz Antônio Abrantes	2
Paulo Araújo Pontes	2
Paulo Roberto Arvate	2
Pedro Henrique Melo Albuquerque	2

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 3 informa a quantidade de artigos elencados pelo número de autores por artigo. Aduz-se que há uma menor parte dos artigos (7%) estudados produzidos por apenas 1 autor. Por outro lado, a maior concentração dos artigos (93%) em análise foi elaborada por duas pessoas ou mais.

**Tabela 3:** Análise do número de autores por artigo publicado.

Número de autores por artigo	Quantidade de artigos	Percentual
4	8	19%
3	11	26%
2	21	49%
1	3	7%
TOTAL	43	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 4 relata os autores que foram mais referenciados pelos pesquisadores. Foram evidenciados os 26 autores que mais foram referenciados em todos os artigos analisados. NISKANEN e OATES sobressaíram os demais, sendo referenciados com a maior frequência.

Observa-se que todos esses autores são referências consolidadas neste assunto, sendo citados em boa parte das publicações nos dois eventos representativos sobre a temática abordada.

**Tabela 4:** Autores mais referenciados.

<b>Autores</b>	<b>Nº de Citações</b>	<b>Autores</b>	<b>Nº de Citações</b>
NISKANEN, W. A.	18	YIN, R. K.	12
OATES, W. E.	18	BIDERMAN, R.	11
HANUSHEK, E. A.	16	BRESSER-PEREIRA, L. C.	11
CHARNES, A.	15	VERHINE, RE.	11
COOPER, W. W.	15	CASE, A.	10
BERTÊ, A. M. A.	13	HENRIKSEN, H. Z.	10
BORGES, C.B.	13	HINES JR, J. R.	10
BRUNET, J. F. G.	13	MACIEL, V. F.	10
CORRAR, L. J.	13	MAHNKE, V.	10
MUSGRAVE, R. A.	13	PIZA, C. C.	10
KUWAHARA, M. Y.	12	ROSEN, H. S.	10
MOTTA, A. R.	12	WILLIAMSON, O. E.	10
MUSGRAVE, P. B.	12	ASSAF NETO, A.	9
REZENDE, F. C.	12	VELOSO, F.	9

Fonte: dados da pesquisa.

Os artigos foram enquadrados em 10 temáticas principais de acordo com o assunto abordado pelos autores, conforme se verifica no Quadro 2. No tópico “Eficiência em Compras Públicas” foram elencados os estudos que tem como escopo analisar a eficiência econômica da aplicação dos recursos públicos, nas áreas de saúde pública, educação fundamental e básica, habitação, bem-estar social e emprego. Dentre a delimitação dos estudos, há estudos que avaliaram municípios paulistas, municípios goianos, municípios do Estado da Paraíba, do Estado de Minas Gerais e há ainda os que averiguaram todas as capitais federais.

Foi criada a temática “Relação entre a variação do Gasto Público e algum dado específico” por ter artigos que versam a relação da variação do gasto público com a variação de algum dado, tais como: o número de internações hospitalares de um período, a variação das receitas de empresas listadas na BOVESPA, a flutuação do Produto Interno Bruto de um período, as alterações no Fundo de Participação dos Municípios, volubilidade da Produtividade Total dos Fatores e a diversidade dos níveis de Desenvolvimento Municipal. Ademais, verificou-se que era de grande expressividade a quantidade de artigos que tinham sua atenção voltada para a “Relação Variação do Gasto Público com Indicadores na Área da Educação”, assim, foram colocados esses artigos neste tópico específico. Entre outros

indicadores, foram observados: o envelhecimento populacional, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicadores de taxas de escolarização extraídos de pesquisas domiciliares efetuados pelo IBGE e resultados da prova Brasil para 8ª série.

Os artigos voltados ao tema “Análise da Alocação do Gasto Público” buscaram investigar como foram alocadas as despesas públicas em um determinado período, quer seja no em um município da região Nordeste, nos municípios de Santa Catarina, no Estado do Rio Grande do Norte, na região metropolitana de São Paulo, ou analisando todas as regiões do país como um todo. Já no que concerne às modalidades de licitação, foram encontrados apenas estudos que exploraram o pregão. Foi comparado o Pregão com o Pregão Eletrônico, a fim de verificar qual modalidade traz maiores benefícios à Administração Pública, além de avaliar a variação de preços no pregão eletrônico, bem como outras análises.

Sobre a temática “Meios Eletrônicos na Divulgação de Compras Públicas e Temas Relacionados”, foram averiguadas a divulgação das compras públicas nos websites, a prestação de contas nos portais eletrônicos e a transparência pública nos procedimentos licitatórios. Houve ainda a produção de trabalhos sobre o tema “Compras Públicas Sustentáveis”, onde investigaram a oportunidade para compras verdes na empresa Petróleo Brasileiro S.A. e a incorporação de critérios socioambientais nas licitações do Governo do Estado de São Paulo.

Criou-se o tópico “Análise da Divergência dos Preços Praticados nas Compras Públicas com o Mercado Privado” para relacionar os artigos que retrataram diferenças no tocante aos preços de produtos comprados pela Administração Pública e por entes privados, com o intuito de verificar se há realmente diferenças significativas. Ademais, foi criado o tema “Ocorrência de desvios significativos nos Gastos Públicos”, onde foi alocado o artigo que versa certificar se houve irregularidades do Poder Público.

Outro tema que ocorreu com certa frequência foi com relação a “Participação das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Públicas”. Os artigos verificaram, em suma, comparar a lei geral da micro e pequena empresa brasileira com a norte-americana e avaliar a representatividade dessas empresas no total das compras públicas de determinado período.

Constata-se que a temática com maior representatividade das pesquisas foi a “Eficiência em Compras Públicas” (28%). Desse modo, foram retratados os locais que foram mais investigados quanto à supracitada temática no Gráfico 3, locais estes que foram informados pelos próprios autores dos trabalhos.

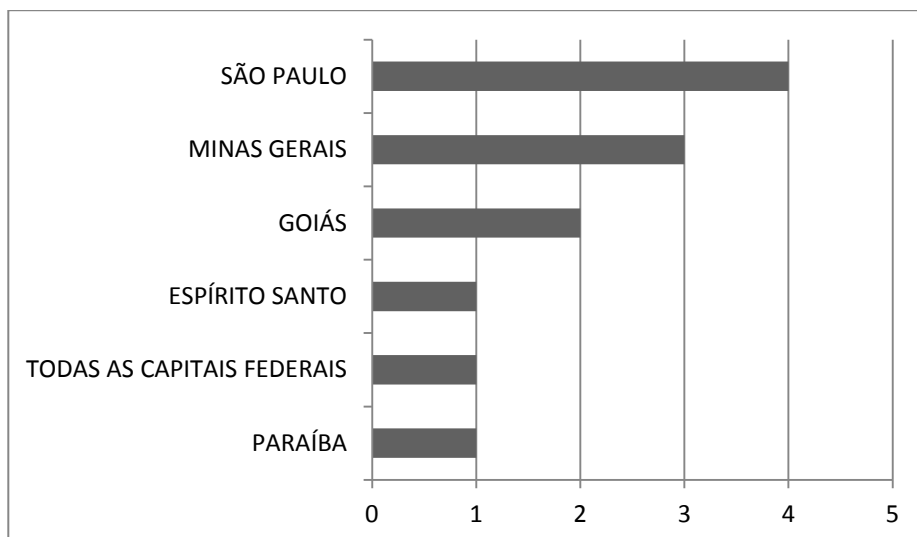


**Quadro 3:** Principais temáticas abordadas.

Temáticas Abordadas	Quantidade de Artigos	Percentual
Eficiência em Compras Públicas	12	28%
Relação entre a Variação do Gasto Público e algum dado específico	6	14%
Análise da Alocação do Gasto Público	5	12%
Modalidade de Licitação - Pregão	5	12%
Relação da Variação do Gasto Público com Indicadores na Área da Educação	5	12%
Meios Eletrônicos na Divulgação de Compras Públicas e Temas Relacionados	3	7%
Análise da Divergência dos Preços Praticados nas Compras Públicas com o Mercado Privado	2	5%
Compras Públicas Sustentáveis	2	5%
Participação das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Públicas	2	5%
Ocorrência de desvios significativos nos Gastos Públicos	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se que o estado de São Paulo possui o maior número de estudos envolvendo a eficiência na aplicação dos recursos públicos, seguido de Minas Gerais.

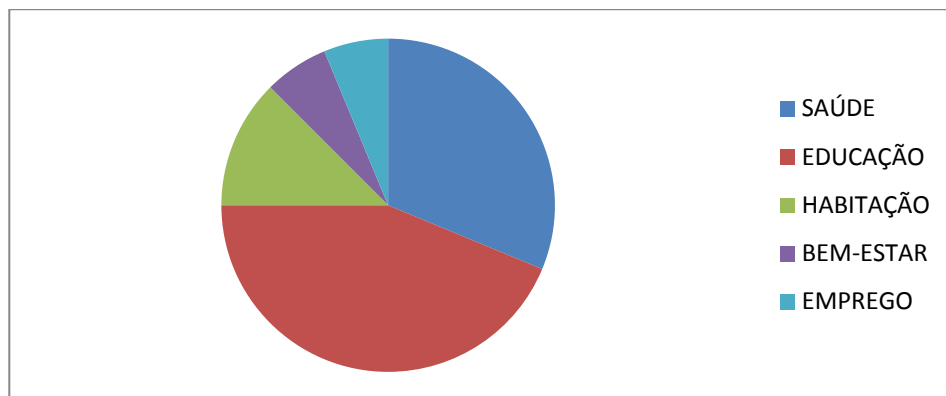
**Gráfico 3:** Estados mais investigados quanto à Eficiência em Compras Públicas.

Fonte: dados da pesquisa.

Por ser uma temática expressivamente pesquisada, fez-se necessário ainda averiguar quais são as áreas em que houve maior investigação no tocante à Eficiência nas Compras Públicas. Este dado é demonstrado no Gráfico 4. Ressalta-se que estas informações no tocante as áreas mais investigadas também foram explanadas pelos próprios autores dos artigos.

Constata-se que houve uma maior busca por saber se os gastos públicos com educação estão sendo executados de maneira eficiente, seguidos dos gastos com saúde.

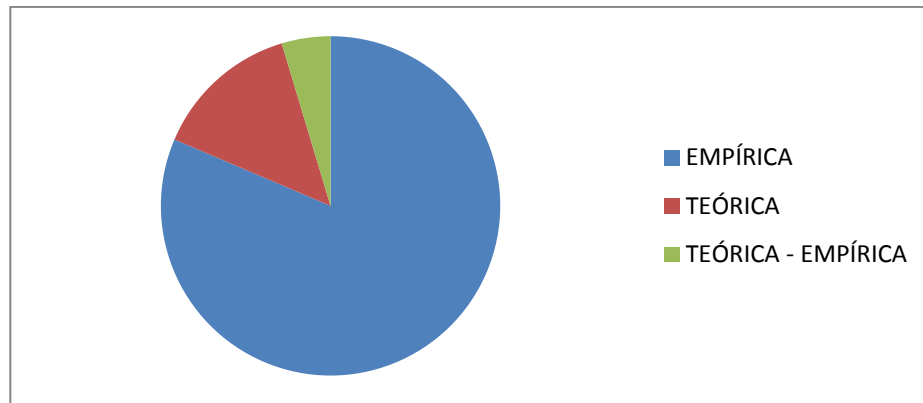
**Gráfico 4:** Áreas investigadas quanto à Eficiência em Compras Públicas.



Fonte: dados da pesquisa.

Os trabalhos foram elencados e classificados quanto aos seus respectivos aspectos metodológicos, tais como o seu enquadramento, os seus objetivos e as suas técnicas de coletas de dados. Convém destacar que, em todos os referidos aspectos metodológicos, a classificação só foi realizada quando os próprios autores das pesquisas não a fizeram. Ou seja, foi realizada classificação para os artigos em que os autores não os classificaram.

No tocante ao enquadramento das pesquisas, foi elaborada o Gráfico 5 que aborda esta classificação. Os resultados do estudo apontam que a maior parte dos trabalhos que versam as Compras Públicas, nos dois eventos de representatividade da área, é em sua maioria (81%) enquadrada como pesquisa Empírica. Já a menor parte (5%) são estudos teóricos-empíricos, constando ainda com certa representatividade os estudos de cunho teórico (14%).

**Gráfico 5:** Enquadramento do Estudo.

Fonte: dados da pesquisa.

Ainda sobre os procedimentos metodológicos, averiguou-se a quantia de publicações classificadas quanto aos objetivos de pesquisa. Os resultados são informados na Tabela 5. Percebe-se que a maioria expressiva (72%) dos estudos é de natureza Descritiva, seguida das Exploratórias com certa expressividade (19%). Foram ainda encontrados pesquisas de natureza mista, sendo elas Descritiva-Explicativa (2%), Descritiva-Exploratória (5%) e Descritiva-Exploratória-Explicativa (1%).

**Tabela 5:** Objetivo do Estudo.

<b>Objetivo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Descritiva	31	72%
Exploratória	8	19%
Descritiva-Explicativa	1	2%
Descritiva-Exploratória	2	5%
Descritiva-Exploratória-Explicativa	1	2%
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, as pesquisas publicadas foram organizadas segundo as suas técnicas de coleta de dados, obtendo os resultados apontados na Tabela 6. Denota-se que a grande maioria das publicações utilizou o Estudo de Caso como perspectiva metodológica com a maior frequência, seguido do Estudo de Múltiplos Casos, também com boa expressividade. Este resultado pode ser indicado por ocorrerem diversos estudos em que analisaram municípios específicos (municípios paulistas, mineiros, paraibanos ou goianos) e em áreas específicas (educação, saúde, habitação, emprego).

Ademais, houveram ainda estudos em que aplicaram mais de uma perspectiva metodológica. É o caso de estudos que utilizaram Estudo de Caso e Pesquisa Documental,

obtiveram nível expressivo de publicações (7%), acompanhado em número de publicações por Estudo de Múltiplos Casos e Pesquisa Documental, além de Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental, e Estudo de Caso e Pesquisa Bibliográfica, com 5% e 2% respectivamente.

Outra perspectiva que obteve destaque com relação ao número de artigos que não foi utilizada em conjunto com outra perspectiva foi a Pesquisa Documental, obtendo a marca de 7%.

Constata-se que as perspectivas que obtiveram grande superioridade às demais, foram o Estudo de Caso, o Estudo de Múltiplos Casos e Pesquisa Documental, atingindo-se juntos o total de 91% dos artigos publicados relacionados à temática em estudo, no período em análise.

**Tabela 6:** Técnicas de coletas de dados dos estudos.

<b>Técnicas de Coletas de Dados</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Estudo de Caso	25	58%
Estudo de Múltiplos Casos	5	12%
Estudo de Caso / Pesquisa Documental	3	7%
Estudo de Múltiplos Casos / Pesquisa Documental	3	7%
Pesquisa Documental	3	7%
Pesquisa Bibliográfica / Pesquisa Documental	2	5%
Estudo de Campo	1	2%
Estudo de Caso / Pesquisa Bibliográfica	1	2%
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o panorama da produção científica relacionado ao tema “Compras Públicas”, a partir de uma análise bibliométrica dos artigos publicados em congressos significativos na área acadêmica, no período compreendido entre o ano de 2008 a 2013. Os eventos selecionados foram o EnANPAD e o Congresso USP, por possuírem uma expressiva representatividade no cenário nacional da pesquisa científica.

Foram analisados 43 artigos publicados nos últimos cinco anos, constatando-se que o EnANPAD possui substancialmente maior número de publicações relacionadas à temática

analisada. Ademais, a área-temática que se destacou foi a “Administração Pública” presente no supracitado evento e o ano que sobressaiu os demais foi o de 2012.

Verificou-se que o tema “Compras Públicas” é ainda pouco explorado nos congressos que esta pesquisa analisou. Principalmente no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, que, mesmo com a criação da subárea “Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor” em 2012, ainda possui uma quantidade de publicações limitada.

De forma geral, foi possível apresentar resultados a respeito da quantidade de publicações por número de autores, do número de autores por publicações, dos autores mais produtores sobre o tema em questão e dos autores que foram mais referenciados. Averiguou-se que a maior parte dos autores publicou apenas uma vez (86%), bem como a maioria dos artigos possuem dois autores (49%), tendo a menor parte apenas um autor (7%). Além disso, três autores se destacaram no tocante ao número de publicações: Luiz Paulo Lopes Fávero, Marco Aurélio Marx Ferreira e Patrícia Siqueira Varela. Percebeu-se ainda que NISKANEN e OATES são referências consolidadas na temática abordada.

O estudo permitiu notar que os autores das publicações tiveram maior enfoque nos trabalhos sobre Eficiência em Compras Públicas, utilizando indicadores de eficiência para avaliar a aplicação dos recursos públicos, além de possibilitar aduzir o pouco interesse dos autores pelo tema Ocorrência de Desvios Significativos nos Gastos Públicos.

Em sentido geral, a abordagem sobre “Compras Públicas” ainda é pouco visada pelos autores nos congressos analisados, tendo em vista a pequena quantidade de artigos encontrados. Em que pese a mídia especializada divulgar cada vez mais casos de superfaturamento nas contratações públicas (PINHEIRO et al, 2013) e as compras públicas estarem entre as maiores fontes de desvios de recursos públicos (TRIPADALLI e BORINELLI, 2012), as poucas publicações existentes não tendem a averiguar, diretamente e em sua maioria, desvios de recursos públicos ou casos de superfaturamento nas contratações públicas. Contudo, autores que publicam em eventos de certa expressividade no meio acadêmico devem investigar tais temas a fundo, com o intuito de promover a disseminação do conhecimento a respeito das causas e consequências dos referidos fatos, para que haja a mudança na situação atual do país, pois, conforme aponta Pao (1989, apud Guedes e Borshevier, 2005), a literatura é o principal vetor no tocante ao aprimoramento e disseminação do conhecimento.

Dentre as limitações encontradas na elaboração deste estudo, destaca-se que, em virtude do grande número de autores referenciados, evidenciou-se apenas autores com no mínimo nove frequências de citações, não apresentando outros que ainda obtiveram destaque.

Além disso, outras limitações foram deparadas, como a pequena amostra de 43 artigos, haja vista que o presente trabalho delimitou-se em coletar artigos apenas dos últimos cinco anos e em somente dois eventos. Há ainda limitação no sentido das classificações subjetivas realizadas quanto aos aspectos metodológicos que não foram descritos pelos próprios autores, bem como a impossibilidade de generalização dos resultados para outros congressos ou periódicos.

Como sugestão de novas pesquisas, recomenda-se a expansão do presente estudo englobando períodos anteriores, podendo ser até maiores, e/ou eventos adicionais, como o ANPCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Christian Mascarenhas; CRUZ, Naiana Vasconcelos Silva; BATISTA, Antônio Barbosa; ROCHA, Joseilton Silveira da; BRUNI, Adriano Leal. **Análise Bibliométrica sobre Mapas Estratégicos no Contexto Brasileiro e Internacional no período de 1987 a 2013: um estudo à luz da Lei de Lotka.** In: XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2014, São Paulo. De 21 a 23 de julho de 2014.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; SOUZA, Fabia Jaiany Viana de; SILVA, Maurício Corrêa da. **Uma Análise da Produção Científica da Área de Contabilidade Governamental Nos Periódicos Que Utilizam O Scer e O Scielo.** In: XII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. De 26 e 27 de julho de 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: Evolução Histórica e Questões Atuais.** Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

AVELAR, Ewerton Alex; MAFRA, Flávia Luciana Naves; BORGES, Guilherme de Freitas; NASCIMENTO, João Paulo de Brito; **Ensino de Contabilidade: Uma Análise da Produção Científica Nacional Sob A Perspectiva da Bibliometria e Sociometria.** In: XII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. De 26 e 27 de julho de 2012.

BALANCIERI, Renato. **Análise de Redes de Pesquisa em uma Plataforma de Gestão em Ciência e Tecnologia: Uma Aplicação à Plataforma Lattes**. 2004. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.450**, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.300**, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 185**, de 23 de fevereiro de 1967a. Estabelece normas para contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967b. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. **Ações premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2011**, Brasília, p. 53-68.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.721**, de 26 de outubro de 1971. Dispõe sobre normas relativas às licitações e alienações de bens do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 6.946**, de 17 de setembro de 1981. Atualiza os limites de valor aplicáveis às diferentes modalidades de licitações, simplifica a organização de cadastros de licitantes e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.462**, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.688**, de 18 de julho de 2012a. Altera a Lei n.º 12.462, de 04 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.745**, de 19 de dezembro de 2012b. Altera a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.980**, de 28 de maio de 2014. Altera a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 5.456**, de 20 de junho de 1968. Dispõe sobre a aplicação aos Estados e Municípios das normas relativas as licitações previstas no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas**, 2013. Disponível em <[http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01\\_a\\_10\\_informativo\\_comprasnet\\_dados\\_gerais\\_2013.pdf](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01_a_10_informativo_comprasnet_dados_gerais_2013.pdf)>. Acesso em: 12 de novembro de 2014.



\_\_\_\_\_. **Resolução/FNDE nº 27**, de 21 de junho de 2013. Dispõe sobre a descentralização e execução de créditos orçamentários do FNDE para a viabilização de Cursos de Formação Continuada no âmbito do Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família.

CAMPOS, Mauro. **Conceitos atuais em bibliometria**. Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, São Paulo, v. 66, n. 1, p. 18-21, 2003.

FARIA, Evandro Rodrigues de; FERREIRA, Marco Aurélio Marx; ZUCCOLOTTO, Robson; MOREIRA, Vagner Henrique. **Estudo Comparativo de Redução de Custos e Tempo nas Modalidades de Licitação por Pregão Eletrônico e Presencial**. In: VIII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2008. De 24 a 25 de julho de 2008.

FIGUEIREDO, Nice. **Tópicos modernos em Bibliometria**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.

FREITAS JÚNIOR, João Carlos de. **A Importância do “Sistema de Registro de Preços Nacional” para a Concretização dos Objetivos das Administrações Municipais**. Disponível em: <  
[https://www.academia.edu/7234570/a\\_importancia\\_do\\_sistema\\_de\\_registro\\_de\\_preços\\_nacional\\_para\\_a\\_concretização\\_dos\\_objetivos\\_das\\_administrações\\_municipais](https://www.academia.edu/7234570/a_importancia_do_sistema_de_registro_de_preços_nacional_para_a_concretização_dos_objetivos_das_administrações_municipais)>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Susana. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação de avaliação científica e tecnológica**. In Proceedings CINFORM – VI Encontro Nacional de Ciência da Informação. Salvador, 2005.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. **Arqueologia do Trabalho Imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses**. Encontros Bibli, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, primeiro semestre 2008.

LIMA, Regina Célia Montenegro de. **Estudo Bibliométrico: Análise de Citações No Periódico “Scientometrics”**. Ciência da Informação, Brasília, nº. 13, jul./dez.1986.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARTINS, Gabriel Reinhardt. **As relevantes Inovações trazidas pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas em oposição ao procedimento licitatório previsto na Lei 8.666/93**. Disponível em: <  
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67427/000872671.pdf?sequence=1>>.  
Acesso em: 24 de setembro de 2014.

MAURANO, Adriana. **A Instituição do Pregão Eletrônico para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços Comuns**. Disponível em: <  
<http://www.escoladecontas.tcm.sp.gov.br/artigosArquivos/81950f1afd092d84d80b508b23db7d7c.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

MELO FILHO, Luiz Fernando Bandeira de. **A Licitação na Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-ii-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-o-exercicio-da-politica/a-licitacao-na-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 09 de setembro de 2014.

MENDES, Renato Geraldo. **O Processo de Contratação Pública - Fases, Etapas e Atos**. 1. ed. Curitiba: Zênite, 2012.

PAO, M. L. **Concepts of information retrieval**. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, Inc., 1989. 285 p.

PINHEIRO, Leonardo Barboza; SANTOS, Marcos José Araújo dos; ALVES, Francisco José dos Santos; CARVALHO, Frederico Antônio Azevedo de. **Economicidade no Processo de Aquisição Pública no Brasil: Análise Empírica de uma amostra de Atas de Registro de**

**Preços.** In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. De 07 a 11 de setembro de 2013.

SANTOS, Luis Wagner Mazzaro Almeida; COSTA Luiz Sérgio Madeiro da. **O RDC e outras mudanças recentes em licitações, contratos e convênios.** Impactos na auditoria de obras públicas. Disponível em: <<http://www.ibraop.org.br/XIVSinaop/docs/LuizWagner.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2014.

SILVEIRA, Flávio; FILARDI, Fernando; FREITAS, Angilberto Sabino de. **Pregão Eletrônico: Uma Análise dos Resultados da Implantação nas Contratações da Administração Pública: O Caso do IFRJ.** In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. De 22 a 26 de setembro de 2012.

TRIDAPALLI, Juarez Paulo; BORINELLI, Benilson. **Compras Públicas: Divergências de Preços Praticados entre os Níveis de Governo e o Mercado Privado no Estado do Amazonas.** In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. De 22 a 26 de setembro de 2012.

VASCONCELOS, Fernanda. **Licitação pública: análise dos aspectos relevantes do Pregão.** Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n7/licitacao.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

VOESE, Simone Bernardes; MELLO, Rebert José Gomes. (2013, janeiro/junho). **Análise bibliométrica sobre gestão estratégica de custos no congresso brasileiro de custos: aplicação da lei de lotka.** Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe), vol. 11 n.1.